

REVISTA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E CIÊNCIA POLÍTICA

SUMÁRIO Nº 28 JUL./SET. 1999

I – DOUTRINA

O voto. HORACIO DANIEL ROSATTI
p. 7

Considerações sobre o papel do Procurador-Geral da República no controle abstrato de normas sob a Constituição de 1967/69; proposta de reeleitura. GILMAR FERREIRA MENDES
p. 21

Constitucional e direito civil ROBERTO ROSAS
p. 34

Responsabilização por atos de improbidade. MARCELO FIGUEIREDO
p. 38

Considerações a respeito da interpretação da norma constitucional. O papel da pré-compreensão. MARIA DE LOURDES SERAPHICO PEIXOTO DA SILVA
p. 45

Controle externo do Poder Judiciário. Inconstitucionalidade. ALEXANDRE DE MORAES
p. 76

Implementação do direito à igualdade. FLÁVIA PIOVESAN, LUCIANA PIOVESAN e PRISCILA KEI SATO
p. 82

O direito à vida e o crime de tortura. Regulamentação do inc. III do art. 5º da CF. VANESSA VIEIRA DE MELLO
p. 89

Caminhos do constitucionalismo no Ocidente: modernidade, pós-modernidade e atualidade do direito constitucional DAVID WILSON DE ABREU PARDO
p. 107

Independência e autonomia da Agência Nacional de Telecomunicações: imperativo legal e constitucional. FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO
p. 128

As regras que conferem poderes e o direito constitucional. ANTONIO MOREIRA MAUÉS
p. 137

II – ESTUDOS E PARECERES

Significado constitucional da irredutibilidade de vencimentos. CELSO RIBEIRO BASTOS
p. 151

Direito dos titulares de apólices da dívida pública interna de receber os seus créditos corrigidos por não ter ocorrido a prescrição. ARNOLDO WALD
p. 163

Aspectos do contrato de concessão para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, celebrado com a Agência Nacional de Petróleo – ANP. GASTÃO ALVES DE TOLEDO
p. 180

III – TRIBUNAIS

STF – Constitucional. Advogados. Advogado-empregado. Empresas públicas e sociedades de economia mista. MP 1522-2, de 1996, art. 3º; Lei 8906/94., arts. 18 a 21; CF, art. 173, § 1º. Min CARLOS VELLOSO p. 209

STF – Ação direta de inconstitucionalidade. Indenização compensatória paga pelos cofres públicos por ocasião da exoneração ou dispensa de quem, sem outro vínculo com o serviço público, seja ocupante de função ou cargo em comissão de livre exoneração. Art. 287 da Constituição do Estado de São Paulo. Min. PAULO BROSSARD p. 215

STF – Ação direta de inconstitucionalidade. MP 111/89. Prisão temporária. Pedido de liminar – Min. MOREIRA ALVES p. 221

STJ – Recurso em Mandado de Segurança. Administrativo. Teto máximo. Art. 37, XI, da CF. Exclusão de verbas de caráter pessoal. Jurisprudência pacífica – STF e STJ Min. JOSÉ ARNALDO p. 236

TRF 1ª Região – Constitucional. Registro de sindicato. Universidade sindical. “Arquivo de entidade sindicais brasileiras” Juiz MÁRIO CÉSAR RIBEIRO p. 238

TRF 1ª Região – Constitucional. Administrativo. Nulidade de punição disciplinar. Insustentabilidade dos motivos que a determinaram em processo ético-profissional. Cancelamento das respectivas anotações no Conselho Federal de Medicina e no Conselho Regional. Juiz ALOÍSIO PALMEIRA LIMA p. 242

TRF 3ª Região – Constitucional. Sigilo bancário. Requisição de informações à instituição financeira. Lei 8021/90. Art. 38 da Lei 4595/64. Ausência de lei complementar a preceder sua alteração. Instauração de procedimento fiscal. Inexistência de prova Ter a ciência do procedimento fiscal sido aposta por representante do contribuinte. Exoneração do dever. Segurança concedida. Juíza LÚCIA VALLE FIGUEIREDO p. 253